

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP
Cambará/PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parapanema PR/SP - Sicredi Parapanema PR/SP
CNPJ/MF nº 79.086.997/0001-02

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	300.569	243.292	CIRCULANTE	165.186	145.609
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	8.259	7.676	DEPÓSITOS (NOTA 11)	72.129	63.486
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	96.568	75.747	Depósitos à Vista	57.175	51.898
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	7	Depósitos a Prazo	14.954	11.588
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	643	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	58.305	49.432
Correspondentes no país	428	264	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	28
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	95.497	75.476	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	58.305	49.404
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	168.712	137.842	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	776	618
Operações de Crédito	179.334	147.152	Recursos em Trânsito de Terceiros	776	618
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.622)	(9.310)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	3	4.240
OUTROS CRÉDITOS	23.843	18.960	Empréstimos País - Outras Instituições	3	4.240
Créditos por Avals e Fianças Honrados (NOTA 06)	65	72	OUTRAS OBRIGAÇÕES	33.973	27.833
Rendas a Receber	1.121	1.086	Cobrança e Arrecadação de Tributos	131	106
Diversos (NOTA 06 e 07)	23.024	18.102	Sociais e Estatutárias	5.804	1.266
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(367)	(300)	Fiscais e Previdenciárias	1.619	1.349
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	3.187	3.067	Diversas (NOTA 14)	26.419	25.112
Outros Valores e Bens	3.934	3.932			
(Provisão para desvalorização)	(778)	(926)			
Despesas Antecipadas	31	61			
NÃO CIRCULANTE	167.216	103.361	NÃO CIRCULANTE	244.734	150.910
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	167.216	103.361	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	244.734	150.910
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	11.627	2.232	DEPÓSITOS (NOTA 11)	219.196	141.610
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.627	2.232	Depósitos Interfinanceiros	33.556	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	127.892	75.354	Depósitos a Prazo	185.640	141.610
Operações de Crédito	134.161	79.799	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	15.646	4.300
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.269)	(4.445)	Repasse Interfinanceiros	15.646	4.300
OUTROS CRÉDITOS	156	331	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	4.892	-
Diversos (NOTA 06 e 07)	158	338	Empréstimos País - Outras Instituições	4.892	-
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(2)	(7)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	5.000	5.000
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	12.746	12.746	Diversas	5.000	5.000
Outros Investimentos	12.746	12.746	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.865	50.134
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	10.666	8.033	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	30.841	31.354
Imóveis de Uso	3.549	3.510	De Domiciliados no País	31.018	31.452
Outras Imobilizações de Uso	15.531	11.479	(Capital a Realizar)	(177)	(98)
(Depreciação acumulada)	(8.414)	(6.956)	RESERVAS DE SOBRAS	24.959	17.216
INTANGÍVEL (NOTA 10)	4.129	4.665	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	2.065	1.564
Outros Ativos Intangíveis	9.959	9.423			
(Amortização acumulada)	(5.830)	(4.758)			
TOTAL DO ATIVO	467.785	346.653	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	467.785	346.653

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP
CNPJ/MF nº 79.086.997/0001-02

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	38.682	2	38.684	72.121	4	72.125	56.961	-	56.961
Operações de Crédito	38.463	2	38.465	71.756	4	71.760	56.812	-	56.812
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	214	-	214	353	-	353	134	-	134
Resultado das Aplicações Compulsórias	5	-	5	12	-	12	15	-	15
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(12.837)	(27)	(12.864)	(23.756)	(53)	(23.809)	(16.532)	(40)	(16.572)
Operações de Captação no Mercado	(5.314)	(27)	(5.341)	(9.977)	(53)	(10.030)	(7.529)	(40)	(7.569)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.904)	-	(1.904)	(3.670)	-	(3.670)	(3.573)	-	(3.573)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.619)	-	(5.619)	(10.109)	-	(10.109)	(5.430)	-	(5.430)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25.845	(25)	25.820	48.365	(49)	48.316	40.429	(40)	40.389
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(19.482)	1.808	(17.674)	(36.441)	3.422	(33.019)	(31.038)	2.856	(28.182)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.825	6.335	8.160	3.535	12.312	15.847	2.991	10.810	13.801
Rendas de Tarifas Bancárias	3.325	-	3.325	6.264	-	6.264	5.567	-	5.567
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(11.359)	(1.513)	(12.872)	(20.913)	(3.119)	(24.032)	(17.731)	(2.658)	(20.389)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(12.004)	(1.907)	(13.911)	(22.358)	(3.579)	(25.937)	(19.098)	(3.355)	(22.453)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(18)	(612)	(630)	(84)	(919)	(1.003)	(104)	(993)	(1.097)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	5.496	220	5.716	10.526	172	10.698	9.995	271	10.266
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(6.747)	(715)	(7.462)	(13.411)	(1.445)	(14.856)	(12.658)	(1.219)	(13.877)
RESULTADO OPERACIONAL	6.363	1.783	8.146	11.924	3.373	15.297	9.391	2.816	12.207
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(65)	27	(38)	(74)	29	(45)	(472)	28	(444)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.298	1.810	8.108	11.850	3.402	15.252	8.919	2.844	11.763
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(679)	(679)	-	(1.361)	(1.361)	-	(1.127)	(1.127)
Provisão para Imposto de Renda	-	(406)	(406)	-	(847)	(847)	-	(649)	(649)
Provisão para Contribuição Social	-	(273)	(273)	-	(514)	(514)	-	(478)	(478)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.828)	-	(1.828)	(3.567)	-	(3.567)	(2.817)	-	(2.817)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	4.470	1.131	5.601	8.283	2.041	10.324	6.102	1.717	7.819
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.041	(2.041)	-	1.717	(1.717)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	4.470	1.131	5.601	10.324	-	10.324	7.819	-	7.819
DESTINAÇÕES	-	-	-	(8.259)	-	(8.259)	(6.255)	-	(6.255)
Fates - Estatutário	-	-	-	(516)	-	(516)	(391)	-	(391)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(7.743)	-	(7.743)	(5.864)	-	(5.864)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.065	-	2.065	1.564	-	1.564

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP

CNPJ/MF nº 79.086.997/0001-02

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	30.463	11.352	477	42.292
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	475	-	(475)	-
Outras destinações	-	-	(2)	(2)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.959	-	-	1.959
Baixas de capital	(1.543)	-	-	(1.543)
Resultado do período	-	-	7.819	7.819
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(391)	(391)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.864	(5.864)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	31.354	17.216	1.564	50.134
Mutações do Período	891	5.864	1.087	7.842
Saldos no início do período em 01/01/2019	31.354	17.216	1.564	50.134
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	1.553	-	(1.553)	-
Outras destinações	-	-	(11)	(11)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.854	-	-	1.854
Baixas de capital	(3.920)	-	-	(3.920)
Resultado do período	-	-	10.324	10.324
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(516)	(516)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.743	(7.743)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	30.841	24.959	2.065	57.865
Mutações do Período	(513)	7.743	501	7.731
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	31.791	17.216	4.723	53.730
Capital de associados				
Aumento de capital	1.077	-	-	1.077
Baixas de capital	(2.027)	-	-	(2.027)
Resultado do período	-	-	5.601	5.601
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(516)	(516)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.743	(7.743)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	30.841	24.959	2.065	57.865
Mutações do Período	(950)	7.743	(2.658)	4.135

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP
CNPJ/MF nº 79.086.997/0001-02

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	7.887	14.959	8.919
Resultado do semestre/exercício	5.601	10.324	7.819
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.286	4.635	1.100
(Reversão) Provisão para operações de crédito	1.442	3.136	(1.594)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(79)	(148)	126
Provisão para desvalorização de outros créditos	76	62	138
Depreciação do imobilizado de uso	986	1.771	1.466
Amortização do intangível	560	1.072	956
Baixas do ativo permanente	69	68	35
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(210)	(875)	349
Destinações ao FATES	(516)	(516)	(391)
Dividendos SicrediPar	(42)	65	15
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	15.376	12.730	(18.249)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.756)	(9.395)	(135)
Redução em relações interfinanceiras ativas	2.401	7	3
(Aumento) em créditos vinculados	(576)	(643)	-
(Aumento) em relações com correspondentes	(43)	(164)	(70)
(Aumento) em operações de crédito	(57.071)	(86.544)	(64.853)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	16.146	20.219	8.485
(Aumento) em outros créditos	(4.480)	(4.835)	(4.480)
Redução em outros valores e bens	423	28	1.758
Aumento em depósitos	52.122	86.230	32.874
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(16)	158	(229)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	4.895	654	(37)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(391)	(120)
Aumento em outras obrigações	6.331	7.406	8.555
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	23.263	27.689	(9.330)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.003)	(4.472)	(2.021)
Aplicações no Intangível	(174)	(536)	(1.855)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.177)	(5.008)	(3.876)
Integralização de capital	1.077	1.854	1.959
Baixa de capital	(2.027)	(3.920)	(1.543)
Distribuição de Sobras	-	(11)	(2)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(950)	(2.077)	414
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	19.136	20.604	(12.792)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	84.620	83.152	95.944
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	103.756	103.756	83.152

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Paranapanema PR/SP - Sicredi Paranapanema PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 26/02/1985 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 30 de Janeiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	8.259	7.676
Caixa	8.259	7.676
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	95.497	75.476
Total	103.756	83.152

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.627	2.232
Di entre Banco e Cooperativas (i)	11.627	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.232
Total não circulante	11.627	2.232

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	101.537	100.387	201.924	150.686
Financiamentos	17.126	20.781	37.907	22.853
Financiamentos rurais e agroindustriais	60.671	12.993	73.664	53.412
Carteira total	179.334	134.161	313.495	226.951

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honorados	65	-	65	72
Devedores por compra de valores e bens	245	152	397	545
Títulos e créditos a receber (i)	20.061	6	20.067	14.676
Total	20.371	158	20.529	15.293

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	-	54	-	-
Nível A	0,50	141.587	107.494	708	537
Nível B	1,00	111.359	71.358	1.113	713
Nível C	3,00	44.079	35.812	1.322	1.074
Nível D	10,00	18.920	10.965	1.892	1.097
Nível E	30,00	4.216	6.626	1.265	1.988
Nível F	50,00	3.006	1.876	1.503	938
Nível G	70,00	4.668	1.146	3.268	802
Nível H	100,00	6.189	6.913	6.189	6.913
Total		334.024	242.244	17.260	14.062

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				2018	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.451	35.479	62.322	97.575	199.827	146.250
Rural	716	6.511	53.444	12.993	73.664	53.412
Industrial	20	1.552	1.500	1.725	4.797	2.886
Comércio	668	11.371	11.063	14.327	37.429	27.384
Outros Serviços	459	4.577	5.572	7.699	18.307	12.312
Total	6.314	59.490	133.901	134.319	334.024	242.244

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	27.043	8,10	20.657	8,53
50 devedores seguintes	50.791	15,20	38.344	15,83
100 devedores seguintes	41.424	12,40	31.054	12,82
Demais	214.766	64,30	152.189	62,82
Total	334.024	100	242.244	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial		15.518
Constituição de provisão	10.109	5.430
Movimentação de baixados para prejuízo	(6.911)	(6.886)
Saldo final	17.260	14.062

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 7.300 (2018 - R\$ 4.658), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 31.299 (2018 - R\$ 7.479).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	654	639
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	645	419
Devedores por compra de valores e bens	245	209
Devedores por depósitos em garantia	539	1.338
Impostos e contribuições a compensar	16	47
Títulos e créditos a receber (ii)	20.061	14.674
Cotas de consórcio	52	61
Operações com cartões	238	338
Pendências a regularizar	151	21
Outros	423	356
Total Circulante	23.024	18.102
Devedores por compra de valores e bens	152	336
Títulos e créditos a receber	6	2
Total não circulante	158	338

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	3.934	3.932
Imóveis	3.874	1.696
Veículos e afins	-	20
Máquinas e equipamentos	60	23
Bens em regime especial	-	2.193
Despesas antecipadas	31	61
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(778)	(926)
Total Circulante	3.187	3.067

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 778 (2018 - R\$ 926) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	6.116	6.116
Sicredi Participações S.A.	6.629	6.629
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	12.746	12.746

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	2.147.003 ON	2.147.003 ON	1	1	6.115.989	6.115.989
	4.482.384 PN	4.482.384 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,63%	0,76%	0,62%	0,61%	1,93%	2,69%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	6.629	6.629	1	1	6.116	6.116

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	19.080	(8.414)	10.666	8.033
Imobilizações em curso	-	1.426	-	1.426	872
Terrenos	-	321	-	321	321
Edificações	4%	3.228	(1.212)	2.016	2.211
Instalações	10%	4.632	(2.435)	2.197	1.344
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.208	(1.649)	1.559	1.329
Sistema de comunicação	10%	189	(108)	81	80
Sistema de processamento de dados	20%	4.408	(2.317)	2.091	1.303
Sistema de segurança	10%	921	(379)	542	279
Sistema de transporte	20%	747	(314)	433	294
Intangível (i)		9.959	(5.830)	4.129	4.665
Investimentos Confederação		9.959	(5.830)	4.129	4.665
Total		29.039	(14.244)	14.795	12.698

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	57.175	-	-	57.175	51.898
Depósitos Interfinanceiros	-	-	33.556	33.556	-
Depósitos a prazo	6.062	8.892	185.640	200.594	153.198
Total	63.237	8.892	219.196	291.325	205.096

(i) Refere-se a operações entre a Cooperativas e Banco, Central e demais Cooperativas.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	58.305	49.404
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	58.305	49.404
Total circulante	58.305	49.404

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	15.646	4.300
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	15.646	4.300
Total não circulante	15.646	4.300

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 01/03/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	3	4.240
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	4.240
Outras instituições	3	-
Total circulante	3	4.240

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	4.892	-
Outras instituições	4.892	-
Total não circulante	4.892	-

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Obrigações por convênios oficiais	3	3
Provisão para pagamentos a efetuar	2.144	5.071
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	1.442	2.317
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	459	645
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - SFG (ii)	62	76
Pendências a regularizar	41	93
Operações com cartões	19.338	14.551
Demais fornecedores	778	659
Credores diversos	2.152	1.697
Total circulante	26.419	25.112
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - SFG (ii)	5.000	5.000
Total não circulante	5.000	5.000

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em setembro de 2017 com vencimento em setembro de 2027 com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	2.165	491	(1.421)	1.235
Cível	152	116	(61)	207
Total	2.317	607	(1.482)	1.442

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	1.235	2.165
Cível	Provável	207	152
Total		1.442	2.317

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 201; R\$ 1.233 (2018 - R\$ 235, R\$ 145), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	30.841	31.354
Total de associados	43.476	38.948

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa variou seu capital social no montante de (R\$513) (2018 – R\$ - 891), sendo R\$ 1.553 (2018 – R\$475) via integralização de resultados e R\$ 1.854 (2018 – R\$1.959), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.920 (2018 – R\$ 1.543).

b) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 75% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	11.685	8.946
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(4.674)	(3.757)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	48	33
Provisão resgate de milhas cartão	14	(37)
Brindes e Doações	(42)	(28)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(62)	31
Receita com atos cooperativos	3.524	2.563
Lucros e dividendos	17	45
Outros	(187)	24
Subtotal	3.313	2.630
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.361)	(1.127)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	11.627	2.232
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	95.497	75.476
Outros Créditos - Rendas a receber	920	850
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	821	616
Investimentos (Nota 09)	12.746	12.746
Intangível (Nota 10)	4.129	4.665
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	12.503	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	73.951	53.704
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.895	4.240
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	19.230	14.192
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	353	134
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	4.307	3.638
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	5.688	5.940
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	410	-
Operações de Empréstimos e Repasses	3.670	3.573
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	2.138	1.818
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	7.094	6.407

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	102	0,18%	152
Depósitos a prazo	539	0,27%	577
Operações de crédito	2.537	0,81%	1.912

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	4.804	4.182

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	766	633
Despesa de aluguéis	2.238	2.057
Despesa de comunicação	1.237	1.281
Despesa de manutenção e conservação	1.668	1.543
Despesa de material	405	368
Despesa processamento dados	595	479
Despesa de promoções e relações públicas	2.374	1.648
Despesa de propaganda e publicidade	610	495
Despesa de seguro	242	213
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.960	1.767
Despesa de serviços de terceiros	916	685
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.373	2.118
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.730	1.910
Despesa de serviços de transportes	2.491	2.144
Despesa de viagem	810	314
Despesa de depreciação e amortização	1.771	1.466
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.072	956
Outras despesas administrativas	2.679	2.376
Total	25.937	22.453

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	1.389	646
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	5.402	5.554
Reversão de provisões operacionais	3.156	3.582
Outras rendas operacionais	751	484
Total	10.698	10.266

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.573	1.400
Contribuições Cooperativistas	132	113
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	690	518
Contribuição Confederação Sicredi	5.796	5.288
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	862	796
Encargos da administração financeira	28	37
Repasse administradora de Cartões	249	278
Despesas com cartões	1.475	1.096
Outras provisões operacionais	1.557	3.282
Outras despesas operacionais	2.494	1.069
Total	14.856	13.877

NOTA 22 – COBRIGARÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	23.941	23.805
Total	23.941	23.805

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	57.542	48.462
Nível I (NI)	52.480	43.386
Capital principal - CP	52.480	43.386
Capital social	30.841	31.354
Reservas de capital	24.959	17.216
Lucros acumulados	2.065	1.564
Ajustes Prudenciais	(4.129)	(4.665)
Dedução de investimento em outras entidades	(1.256)	(2.083)
Nível II (NII)	5.062	5.076
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	5.062	5.076
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	365.361	313.481
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	2.147	2.263
Margem de Capital (i)	17.032	13.283
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,75%	15,46%
Situação de Imobilização (Imob)	10.667	8.034
Índice de Imobilização (Imob / PR)	18,54%	16,58%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Adão Volmir Acosta Caraciolo
Diretor Executivo
CPF: 821.397.170-15

Gabriela Pardim Farias
Diretora de Operações
CPF: 049.933.829-44

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20